

A MARCHA DO PROGRESSO: A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE SANTOS

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES CARREIRA*

O presente estudo analisa, em uma perspectiva histórica, as relações entre o regime republicano brasileiro e as instituições escolares da cidade de Santos entre o final do século XIX e o início do século XX.

A opção por esse tema de pesquisa – inicialmente caracterizada pela busca de compreensão das relações existentes entre regimes políticos e a educação escolar – se refere não só a minha experiência profissional e acadêmica, mas à minha trajetória pessoal e a sua relação com a escola. Minha infância, embora em uma família de classe média, foi marcada por dificuldades financeiras. O final do período de ditadura militar, o governo Sarney e o turbulento início da década de 1990 provocaram impactos marcantes em meu desenvolvimento. Mesmo sem grande discernimento, sentia os efeitos da hiperinflação e das sucessivas crises econômicas, responsáveis por uma sensação de insegurança que era quase palpável mesmo aos meus olhos de menino. Estudei em uma escola tradicional, caracterizada por uma arquitetura opressiva e pela rigidez no controle dos comportamentos. Lembro ainda hoje dos resquícios do regime militar no ambiente escolar, na militarização de certos gestos, em especial nas aulas de educação física, na ênfase dada à disciplina, à hierarquia e à padronização e ao controle. Recordação viva das inspeções, das notas atribuídas ao asseio pessoal. Com o passar do tempo, e sob forte influência da literatura, companheira desde o início da adolescência, desenvolvi uma conflituosa relação com a escola, sempre marcada pelo questionamento à autoridade e aos dispositivos disciplinares que a caracterizavam. O interesse por História surge também nesse momento. Queria entender a conjuntura histórica dos

* Universidade Católica de Santos, aluno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação.

autores dos livros que eu gostava de ler, o que os influenciava, mas, acima de tudo, queria conhecer o mundo em que vivia. Iniciei em 2002 a faculdade de História na Universidade Católica de Santos e durante esse período passei a enxergar a escola, assim como outras instituições sociais, inserida nas relações capitalistas de produção. Ao começar minha trajetória em sala de aula, percebi a predominância de uma idéia de relação custo-benefício e a aplicação de uma lógica empresarial de eficiência ao ambiente escolar. Lutava contra isso, mas saía do embate com a sensação de estar sendo, paulatinamente, engolido pelo sistema e por seus mecanismos de coerção. Pior que isso, me sentia parte dessa engrenagem. De coagido, passei a coagir. O aspecto restritivo e disciplinar das instituições, alvo de minhas rebeldias juvenis, tornou-se parte de minha prática cotidiana, por mais incômodo que seja admitir isso.

A escola, entendida aqui como produto de uma série de conflitos políticos, econômicos, ideológicos e sociais, assume uma dimensão mais ampla, influenciando e sendo influenciada por questões estruturais e não conjunturais. Nessa perspectiva, gostaria de ressaltar a visão da pedagogia histórico-crítica de que:

“vai ficando cada vez mais evidente que as contradições que marcam a organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção são orgânicas e não apenas conjunturais. Portanto, para resolvê-las, é necessário alterar as próprias relações sociais que as determinam. É só a partir daí que será possível resolver também os graves problemas educacionais que vêm afligindo os educadores e toda a população brasileira.” (SAVIANI, 2003: 14-15)

A busca pelo mestrado em educação na Universidade Católica de Santos e a opção pela Linha II – Instituições Educacionais: História, Política e Processos de Gestão – está inserida nesse contexto. As relações entre a disciplina, padronização, coerção e controle nas instituições de ensino provocaram forte impacto em minha trajetória de aluno. A inquietude causada pela percepção de minha inserção nesses mecanismos, como aluno e agora como professor, me motivaram a buscar uma maior compreensão das relações que se passam nas instituições escolares, especialmente as relações entre regimes políticos e a educação escolar.

Dentro desse contexto, a pesquisa se orienta pela visão de que, entre o final do século XIX e começo do século XX, a educação escolar se tornou uma estratégia de luta

dos republicanos paulistas na consolidação do regime recém-instaurado. A implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo ocorreu no interior do projeto republicano de educação popular. Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da nação. Vista como um instrumento de moralização e civilização do povo, a educação popular foi associada a um projeto de controle e ordem social. Era preciso fundar uma nova escola renovada em seus métodos, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em oposição às escolas de primeiras letras do Império. Tendo isso em vista, o presente estudo parte da seguinte questão:

De que forma a educação escolar foi utilizada como mecanismo de legitimação do regime republicano na cidade de Santos?

A pesquisa tem por objetivo central analisar as relações existentes entre a consolidação do regime republicano e a educação escolar na cidade de Santos. Procura ainda discutir a influência de um ideal de modernidade e progresso vinculado à República e a inserção da educação institucional santista nesse contexto e compreender o papel dos grupos escolares Barnabé e Cesário Bastos, criados entre o final do século XIX e início do século XX como parte do projeto republicano de difusão da educação popular e como mecanismos de legitimação de valores defendidos pelo regime republicano recém instaurado.

Mas por que Santos?

A cidade de Santos do início do período republicano é um dos casos paradigmáticos das transformações pelas quais passava um “país independente que procurava inserir-se nos marcos internacionais do desenvolvimento capitalista tanto do ponto de vista das relações econômicas quanto pela incorporação de doutrinas, valores, modos de vida”. (LANNA, 1996: 15). Santos era, a partir de fins do século XIX, o maior porto do país e escoadouro da maior riqueza nacional, o café. Suas estreitas relações com São Paulo, “cidades casadas” no dizer de Caio Prado Jr (PRADO JR., 1989: 31), espécie de fusão entre as funções portuárias santistas e de centro distribuidor paulistanas, contribuíam ainda mais para o crescimento da cidade litorânea. O incremento das atividades de exportação e importação em uma cidade extremamente urbanizada para os padrões da época, o crescimento populacional, a transição do

trabalho escravo para o trabalho livre marcado por forte presença estrangeira – principalmente de portugueses e espanhóis, o surgimento e consolidação de combativo movimento operário, as inúmeras epidemias que aí grassavam exigiram um conjunto de amplas reformas no porto e na cidade. Assim como na capital federal, remodelada pelas intervenções da administração Pereira Passos, a civilidade, a visão técnica e a crença no progresso são elementos presentes em todas as intervenções e modelos urbanísticos implementados em Santos. O plano reformista do médico sanitário Saturnino de Brito promove a imposição de uma nova racionalidade, caracterizada pela imperiosidade da ordem, da técnica e da razão, expressa nas amplas reformas urbanas e vinculada à possibilidade da construção de “novos homens”, adequados aos novos tempos, à modernidade e ao progresso que se pretendia instaurar.

Dentro dessa perspectiva, os republicanos paulistas encontraram na educação pública uma forma de erradicar a ignorância pela difusão da instrução em benefício do desenvolvimento intelectual e moral do povo. Maria Lucia Spedo Hilsdorf, ao retratar o período, afirma que

“a educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles (republicanos) como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a freqüência à escola que formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornariam o súdito em cidadão ativo”. (HILSDORF, 2003: 60)

Em sua obra sobre as relações entre o ideário republicano e a educação, tomando como estudo de caso o Ginásio de Estado Culto à Ciência da cidade de Campinas, criado em 1895, Carmen Sylvia Vidigal Moraes destaca que, no discurso liberal da República, “para construir a nação era preciso, em primeiro lugar, formar o cidadão, e a mutação do homem em cidadão produtivo e consciente de seus deveres cívicos implicava necessariamente a sua passagem pela educação escolar” (MORAES, 2006: 149).

Através das reformas elaboradas por Caetano de Campos, então diretor da Escola Normal de São Paulo, e Rangel Pestana, a partir de 1890, parte desse ideário reformista passa a ser colocado em prática. O surgimento da Escola-Modelo, órgão de

demonstração metodológica anexa à Escola Normal de São Paulo, através do decreto de 12 de março de 1890, surge através da visão de que “o ensino não pode ser eficaz e regenerador sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com um cabedal científico adequado às necessidades da vida atual” (TREVISAN, 1987: 92). Na reforma geral da instrução pública de 1892, centralizada na escola primária, os princípios pedagógicos através dos quais os conteúdos devem ser trabalhados pelos professores tem no método intuitivo, ou lições de coisas, um de seus aspectos mais singulares. Defendido por Rui Barbosa e por Caetano de Campos, o método influenciou muito a organização das escolas-modelo e dos recém-criados grupos escolares, igualmente frutos da reforma de 1892 (SAVIANI, 2008: 175).

Os grupos escolares, “criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas compreendidas no raio de obrigatoriedade escolar” (REIS FILHO, 1995: 137), caracterizados pelo seu caráter seriado – as também denominadas escolas graduadas – tornam evidentes e propagam princípios republicanos da racionalidade científica e divisão do trabalho. Sua forma de organização e sua nova concepção arquitetônica – demonstrando, em imponentes construções, o predomínio da ciência sobre a fé, a organização racional do espaço físico e social, a vitória da ordem e do progresso sobre o caos e a ignorância – reforçam a visão de Caetano de Campos sobre o papel da instrução popular de que “nada é mais urgente do que cultivar-lhes o espírito, dar-lhes a elevação moral de que precisam, formar-lhes o caráter para que saibam querer” (MONARCHA, 1997: 105). Em pouquíssimo tempo, a implantação dos grupos escolares se espalha pelo estado de São Paulo. Em 1910, já eram 101, sendo 24 na capital e 77 no interior (SOUZA, 1998: 150).

Entre esses grupos escolares criados no início do século XX no estado de São Paulo, dois se encontravam em Santos. O primeiro deles foi o Grupo Escolar Cesário Bastos, idealizado pelo político republicano José Cesário da Silva Bastos, e fundado em 1900. Dois anos mais tarde surge o Grupo Escolar Barnabé. Criado em 5 de maio de 1902, a construção desse grupo escolar se torna possível através de doação testamentária de membro de tradicional família de negociantes de Santos, Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes. A inauguração da ferrovia São Paulo Railway em 1870, as reformas urbanas e do porto ocorridas entre o final do século XIX e o início do

século XX, a riqueza proveniente da comercialização do café, a forte influência da imigração e a consolidação da tradição comercial e portuária da cidade provocam o surgimento de uma elite econômica e política que tem na instrução pública uma de suas metas. Em um período de transição política, de consolidação da República, a escola, na figura dos grupos escolares, surge como instrumento de luta, como palco de acalorados embates e disputas ideológicas e acima de tudo, um local onde se reproduzem e se irradiam as profundas transformações pelas quais passava a cidade de Santos.

Busco apoio em autores como Enguita (1989), Saviani (2003), Canário (2005) e Frigotto (1989), que já se ocuparam em explicitar as relações entre a educação e seus condicionamentos sociais, evidenciando a determinação recíproca entre a prática social e a prática educativa, assim como em autores como Vincent, Lahire e Thin (2001) que destacam o papel da escola como empreendimento de ordem pública, visando à obtenção de submissão, obediência e sujeição de alunos e mestres a regras impessoais e a predominância da forma escolar nos processos de socialização, responsável pela transformação da instituição escolar, das relações entre os diferentes grupos sociais e por ter, ao sair das fronteiras da instituição escolar, atravessado e influenciado numerosas instituições e grupos sociais.

Sobre o papel exercido pela escola entre o final do século XIX e o início do século XX, Souza (1998), Carvalho (1989), Nagle (2001), Moraes (2006), Hilsdorf (2003) e Reis Filho (1995) analisam as relações entre o projeto republicano de instrução popular – representado pela criação dos grupos escolares – e os ideais republicanos vinculados à construção de um novo homem, o cidadão brasileiro, e, em última instância, à construção da nação brasileira. Ainda nessa perspectiva, Monarcha (1997), ao analisar o papel da arquitetura escolar republicana, destaca a formação de uma imagem de criança representada como herdeira de uma República recém-instalada e a quem cabia a incorporação à ordem social por meio do trabalho regular e da instrução pública.

Sobre o papel das ideologias – entendidas aqui como a justificação racional da organização do poder – como instrumentos de legitimação de regimes políticos, mais especificamente do regime republicano brasileiro, Carvalho (1990), contribui decisivamente. Ainda no campo das ideologias e sua ligação com a produção e reprodução de formas de consciência que permitem a manutenção da ordem social,

Apple (1979) analisa o currículo como mecanismo de dominação e legitimação de valores associados a uma determinada classe dominante e a um determinado regime político e Severino (1986) explicita os significados ideológicos do discurso teórico e prático da educação. Lanna (1996) e Andrade (1989), ao analisar as transformações econômicas, políticas e, sobretudo, sociais ocorridas em Santos entre o final do século XIX e o início do século XX, nos dá subsídios para inserir a educação escolar dentro de uma perspectiva histórica, assim como Pereira (1996), ao abordar a educação popular na cidade de Santos no mesmo período. Por fim, Julia (2001), por analisar a cultura escolar como objeto histórico enfatizando sua relação, pacífica ou conflituosa, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas e por discutir cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, e Escolano (2005), por analisar a cultura escolar como um conjunto de práticas, teorias e normas que codificam as formas de regular os sistemas, as linguagens e as ações dos estabelecimentos educativos, demonstrando as relações de convergência, autonomia e interdependência que se dão entre a cultura empírica dos professores – guiada por uma lógica de razão prática – a cultura científica dos acadêmicos – regulada pelo logos do discurso – e a cultura política dos gestores – determinada pelas estratégias burocráticas de controle social.

Tomando como referência a história da educação no Brasil, o trabalho investigativo, de caráter qualitativo, utilizar-se-á da metodologia historiográfica, que possibilita a utilização de diferentes instrumentos de pesquisa tais como a análise documental e análise iconográfica.

Para tanto, pretendo trabalhar com a análise de documentos oficiais dos grupos escolares citados – os grupos escolares Barnabé e Cesário Bastos – assim como a legislação educacional do período, tanto em âmbito federal como estadual. Por outro lado, e fazendo um contraponto às prescrições legais, analisarei relatórios de diretores e inspetores disponíveis no Arquivo do Estado – e seguindo o exemplo de Souza (1998) – com o objetivo de saber de que forma essas prescrições eram ou não colocadas em prática pelos professores e demais trabalhadores dos grupos escolares dessa época.

Até o presente momento, a documentação levantada se resume aos materiais encontrados na atual Escola Estadual Barnabé. Fundado no ano de 1902, dois após a

criação do primeiro grupo escolar santista, o Cesário Bastos, o Grupo Escolar “Barnabé” possuía inicialmente seis classes femininas com 216 alunas matriculadas. Menos de duas décadas depois, em 1920, já eram 20 classes, masculinas e femininas, totalizando mais de 730 alunos.

Nos documentos analisados até então, como Livros de Compromisso, Livros de Nomeações e Licenças, Livros de Requerimentos e Livros de Notas de Exames das primeiras décadas do século XX, a relação com o ideário republicano e com as características históricas da cidade de Santos mostram-se evidentes. Em documento localizado em um Livro de Compromisso datado de 1905, a remoção do professor adjunto Eugenio Porchat de Assis aparece descrita nos seguintes termos:

“A primeiro de agosto de mil novecentos e oito, nesta escola, perante o director compareceu o adjuncto professor Eugenio Porchat de Assis, removido para o mesmo estabelecimento e prometeu ser fiel à causa da República, observar e fazer observar suas leis e regulamentos e ser exacto no cumprimento dos deveres de seu cargo. Em virtude do que foi lavrado o presente termo que assigna com o director o aludido adjuncto. Santos, 1º de Agosto de 1908”.

No entanto, apesar da atuação profissional de Eugenio Porchat de Assis a partir de 1908, a presença de professores do sexo masculino era muito rara no Barnabé. O primeiro corpo docente, de 1902, era formado por cinco mulheres e um homem, José Ferraz de Campos, que no ano seguinte assumiria o cargo de diretor do grupo escolar. A mesma proporção pode ser observada nos anos seguintes e no ano de 1918, quando a escola já contabilizava dezenove classes, nove femininas e dez masculinas, o corpo docente era formado inteiramente por mulheres. A expansão do magistério feminino após o surgimento dos grupos escolares já havia sido citada por Rosa Fátima de Souza ao afirmar que “por um lado, destacava-se o “instinto maternal” como argumento para sua incorporação à profissão; por outro lado, a necessidade de suprir postos de trabalho em uma profissão pouco atrativa financeiramente”. (SOUZA, 1998: 81). Apesar da predominância feminina na docência, o cargo de direção foi sempre ocupado por homens, pelo menos até meados da década de 1950, momento em que os registros se tornam esparsos.

Os Livros de Nomeações e Licenças dos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Barnabé, além de demonstrar a maciça presença feminina em suas salas de aula, nos desvenda outro dado importante. O grande número de licenças médicas, especialmente na primeira década do século XX, evidencia um problema antigo na história da cidade. Entre 1890 e 1900 morreram vítimas das epidemias 22.588 pessoas (LANNA, 1996: 69). Este número correspondia a cerca de metade da população de Santos. Apesar do início campanha sanitária e da diminuição substancial no número de mortos em virtude das epidemias já nos últimos anos do século XIX, doenças como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola ainda traziam amargas lembranças aos moradores da Santos do início do século XX. Em importante registro sobre o sanitarismo, a evolução demográfica e as epidemias na cidade de Santos, o médico Guilherme Álvaro afirma que “depois de 1899, o ano de 1903 foi aquele em que se observou maior número de casos de peste em Santos e também quando a doença maior número de óbitos causou.” (ÁLVARO, 1919: 62). Não existem informações objetivas de que os afastamentos tenham ocorrido em virtude de relação direta com as epidemias ou doenças citadas. No entanto, a quantidade de licenças médicas de longa duração – chegando a seis meses de afastamento – em proporção ao número de docentes nos leva a crer na relação com as ainda precárias condições de saúde pública na cidade outrora conhecida internacionalmente pela sua insalubridade.

Por fim, na análise feita sobre os Livros de Notas de Exames, compreendendo já o final da década de 1910, demonstra a ênfase dada ao mérito individual, o destaque dado aos alunos com melhores resultados e o grande número de reprovações. Em ata referente aos exames finais do ano letivo de 1919, percebe-se claramente esse último aspecto. Dos 366 alunos matriculados na seção masculina do Barnabé, no curso primário e no curso médio, apenas 111 foram aprovados. Em nenhuma classe o número de aprovados superou o de alunos reprovados. Na seção feminina a situação era um pouco menos trágica: das 368 alunas matriculadas, 148 foram aprovadas e 220 reprovadas. A distância entre a escola idealizada pelo projeto reformador dos republicanos, caracterizado pela valorização da razão e da técnica, pela ênfase dada ao conhecimento enciclopédico, à padronização e divisão do trabalho docente e pela crença dogmática nos poderes transformadores e regeneradores da educação e a escola real, distante das prescrições legais que desconsideram suas especificidades e inserida em

uma cidade em um profundo processo de transformação demonstra a forma através da qual a educação foi hiperdimensionada como fator de modernização e controle social.

Os próximos passos da pesquisa caminham na direção apontada anteriormente. A análise dos documentos dos grupos escolares de Santos ainda precisa ser ampliada e aprofundada. A legislação educacional brasileira do período, especialmente a paulista, e os relatórios de inspetores e diretores dos grupos escolares citados serão fundamentais para um retrato mais abrangente do tema pesquisado. Por fim, as relações existentes entre a educação escolar concebida pelo ideário republicano e as mudanças pelas quais passava a cidade de Santos constituem um ponto central da pesquisa a ser realizada.

Referências

- ÁLVARO, Guilherme. *A Campanha Sanitária de Santos – suas causas e seus efeitos*, São Paulo: Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919.
- ANDRADE, Wilma Therezinha F. de, *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos 1870-1930*. Tese de Doutorado, História, FFLCH, USP, São Paulo, 1989.
- APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CANÁRIO, Rui. A escola como construção histórica. In: CANÁRIO, R. *O que é a Escola? Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora, 2005. (Cap. 5, p. 59-88).
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ENGUIITA, Mariano F. *A Face Oculta da Escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ESCOLANO BENITO, Augustín. Las Culturas de la Escuela en España: Tres Cortes Historiográficos. *Pro-Posições*, Campinas, SP, vol. 16, n. 1 (46), pp. 41-63, jan./abr. 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1989.

- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação. Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, n. 1, pp. 9-43, jan./jun. 2001.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos: 1870 – 1913*. Santos: Hucitec, 1996.
- MONARCHA, Carlos. “Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez e USP-IFAN. 1997 – PP. 101-140.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *Santos nos caminhos da educação popular*. São Paulo: Loyola, 1996.
- PRADO JR., Caio, *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados. 8ª ed. 2003.
- _____. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, Ideologia e Contra-Ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.
- RELATÓRIO apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá pelo Dr. Prudente J. de Moraes Barros, 1º Governador do Estado de São Paulo ao passar-lhe a administração no dia 18 de outubro de 1890. Typographia Vanorden & Comp., São Paulo, 1890. In: TREVISAN,

Leonardo. *Estado e educação na história brasileira: 1750-1900*. São Paulo; Moraes, 1987.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard, THIN, Daniel. “Sobre a História e a Teoria da Forma Escolar”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, pp. 7-47, jun. 2001.